

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01	Período de tributação
1 De	2017/01/01 a 2017/12/31
Período	2 2017
Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável	
Código do Serviço de Finanças	1 0485
Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo	
Designação	N.º de Identificação Fiscal (NIF)
1	2 571365574
3	Tipo de sujeito passivo
1 <input checked="" type="checkbox"/>	Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
2 <input type="checkbox"/>	Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
3 <input type="checkbox"/>	Não residente com estabelecimento estável
4 <input type="checkbox"/>	Não residente sem estabelecimento estável
3-A	Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3 <input checked="" type="checkbox"/>	Micro empresa
4 <input type="checkbox"/>	Pequena empresa
1 <input type="checkbox"/>	Média empresa
2 <input type="checkbox"/>	Não PME
3-B	Organismos de investimento coletivo
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1 <input type="checkbox"/>	
3-C	Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)

É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?

Sim

1

4

Regimes de tributação dos rendimentos

1



Geral

3



Isenção definitiva

4



Isenção temporária

5



Redução de taxa

6



Simplificado

7



Transparência fiscal

8



Grupos de sociedades

NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)

9

10



Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)

11



Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?

12



Artigo 36.º-A do EBF

4-A

Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)

Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português,

cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino

1



Países da UE/EEE

2



Outros

04

Características da declaração

1

Tipo de declaração

1



1.ª Declaração do período

2



Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)

3



Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)

4



Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)

5



Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal

6



Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

2

Declarações especiais

1	<input type="checkbox"/>	Declaração do Grupo
2	<input type="checkbox"/>	Declaração do período de liquidação
3	<input type="checkbox"/>	Declaração do período de cessação
Data da cessação		6 <input type="text"/>
Declaração com período especial de tributação		4 <input type="checkbox"/> Antes da alteração
		5 <input type="checkbox"/> Após a alteração
7	<input checked="" type="checkbox"/>	Declaração do período do início de atividade
Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)		8 <input type="text"/>
9	<input type="checkbox"/>	Antes da dissolução
10	<input type="checkbox"/>	Após a dissolução
Data da dissolução		11 <input type="text"/>
3	Anexos que devem acompanhar a declaração	
Anexo A (derrama)		1 <input type="checkbox"/>
Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)		2 <input type="checkbox"/>
Anexo C (Regiões Autónomas)		3 <input type="checkbox"/>
Anexo D (benefícios fiscais)		4 <input checked="" type="checkbox"/>
Anexo E (regime simplificado)		5 <input type="checkbox"/>
Anexo F (OIC)		6 <input type="checkbox"/>
05	Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado	
NIF do representante legal		1 241522404
NIF do contabilista certificado		2 255808380
07 (Período 2009 e anteriores)	Apuramento do lucro tributável	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		201 € <input type="text"/>
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)		202 € <input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)		203 € <input type="text"/>
SOMA (campos 201 + 202 - 203)		204 € <input type="text"/> 0,00
A ACRESCER		

Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	205	€	<input type="text"/>
Prémios de seguros e contribuições (art.º 23.º, n.º 4)	206	€	<input type="text"/>
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)	207	€	<input type="text"/>
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)	208	€	<input type="text"/>
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)	209	€	<input type="text"/>
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)	210	€	<input type="text"/>
IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º 1, alínea a)]	211	€	<input type="text"/>
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º 1, alínea d)]	212	€	<input type="text"/>
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea e)]	213	€	<input type="text"/>
Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º 1, alínea g)]	277	€	<input type="text"/>
Despesas não documentadas (art.º 23.º)	214	€	<input type="text"/>
Menos-valias contabilísticas	215	€	<input type="text"/>
Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º 1)	217	€	<input type="text"/>
40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo	218	€	<input type="text"/>
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º 1, alínea h)]	220	€	<input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	222	€	<input type="text"/>
Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º 1, alínea f)]	223	€	<input type="text"/>
Correções relativas a exercícios anteriores	224	€	<input type="text"/>
Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º 8)	251	€	<input type="text"/>
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º 1)	252	€	<input type="text"/>
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)	253	€	<input type="text"/>
Subcapitalização (art.º 61.º, n.º 1)	254	€	<input type="text"/>
Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º 1, alínea j)]	255	€	<input type="text"/>
Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea i)]	256	€	<input type="text"/>
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a)]	257	€	<input type="text"/>
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, nº 1, alínea b)]	258	€	<input type="text"/>
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, nºs 5, 6 e 7)	259	€	<input type="text"/>
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€	<input type="text"/>
Impostos diferidos	271	€	<input type="text"/>
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	<input type="text"/>

Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	<input type="text"/>
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	<input type="text"/>
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	<input type="text"/>
	225	€	<input type="text"/>
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	<input type="text" value="0,00"/>
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	<input type="text"/>
Redução de provisões tributadas	228	€	<input type="text"/>
Mais-valias contabilísticas	229	€	<input type="text"/>
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	<input type="text"/>
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	<input type="text"/>
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	<input type="text"/>
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	<input type="text"/>
Benefícios fiscais	234	€	<input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	235	€	<input type="text"/>
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º 9)	236	€	<input type="text"/>
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	<input type="text"/>
Impostos diferidos	273	€	<input type="text"/>
	237	€	<input type="text"/>
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	<input type="text" value="0,00"/>
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	<input type="text" value="0,00"/>
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	<input type="text"/>

07 (Período 2010 e posteriores)	Apuramento do lucro tributável		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	€	<input type="text" value="-140.242,33"/>
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	<input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	<input type="text"/>
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	<input type="text"/>

Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	-140.242,33
A ACRESCER			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	€	1.500,00
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	716	€	250,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	783	€	150,00
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	€	620,00
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	727	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€	468,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€	
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€	50,00
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€	513,70
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€	1.500,00
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]			

	746	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€	
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º1), não aceites como gastos	719	€	6.400,01
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€	
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Outros acréscimos	752	€	

SOMA (campos 708 a 752)	753	€	-128.790,62
A DEDUZIR			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	1.344,00
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	796	€	
Benefícios Fiscais	774	€	200,00

Outras deduções	775 €	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798 €	
SOMA (campos 754 a 775 + 798)	776 €	1.544,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777 €	130.334,62
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	778 €	

08	Regimes de taxa		
08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260 <input type="checkbox"/>	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265 <input type="checkbox"/>	5%
		247 <input type="checkbox"/>	
08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246 <input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)	249 <input type="checkbox"/>	17% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266 <input type="checkbox"/>	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º1, al. c) do EBF)	267 <input type="checkbox"/>	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264 <input type="checkbox"/>	

09	Apuramento da matéria coletável				
	(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	301 €	130.334,62	312 €	323 €	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302 €		313 €	324 €	400 €
Regime especial dos grupos de sociedades					
Soma algébrica dos resultados fiscais					380 €
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)					381 €

Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)	395 €	
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período	376 €	
Resultado fiscal do grupo	382 €	
396 Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:		
<div>Prejuízos</div> <div>NIF</div>		
398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)		
<div>Prejuízos</div> <div>NIF</div>		
Prejuízos fiscais dedutíveis	303 €	314 €
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383 €	386 €
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €	387 €
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €	388 €
3. DEDUÇÕES		
Prejuízos fiscais deduzidos	309 €	320 €
Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante		
Regime Geral		
309.1 - Período		309.2 - Montante
Com redução de taxa		
320.1 - Período		320.2 - Montante
Com isenção		
331.1 - Período		331.2 - Montante
Benefícios fiscais	310 €	321 €
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	311 €	322 €
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336 €	
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)	399 €	
Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:		
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)	397 €	0,00
397-A Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	<div>Valor utilizado no período</div> <div>NIF</div>	
397-B Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	<div>Valor utilizado no período</div> <div>NIF</div>	

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E

346 € 0,00

10

Cálculo do Imposto

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria colétavel das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%

347-A €

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%

347-B €

Imposto a outras taxas

348 %

349 €

Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores

350 €

Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira

370 €

COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)

351 € 0,00

Derrama estadual (art.º 87.º - A)

373 €

COLETA TOTAL (351 + 373)

378 € 0,00

Deduções:

Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)

353 €

Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)

375 €

Benefícios fiscais

355 €

Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)

470 €

Pagamento especial por conta (art.º 93.º)

356 €

TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378

357 € 0,00

TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0

358 € 0,00

Resultado da liquidação (art.º 92.º)

371 €

Retenções na fonte

359 €

Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)

360 €

Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)

374 €

IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0

361 € 0,00

IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0

362 € 0,00

IRC de períodos anteriores

363 €

Reposição de benefícios fiscais

372 €

Derrama municipal

364 €

Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378

379 €

Tributações autónomas

365 € 500,00

Juros compensatórios	366 €	
Juros de mora	369 €	
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0	367 €	500,00
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0	368 €	0,00
10-A Juros compensatórios		
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:		
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A €	
Juros compensatórios declarados por outros motivos	366-B €	
10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)		
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)		
1 <input type="checkbox"/> imediato [al. a)]		
2 <input type="checkbox"/> diferido [al. b)]		
3 <input type="checkbox"/> fracionado [al. c)]		
IRC + Derrama estadual		Derrama municipal
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A €	377-B €
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)	377 €	
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0	430 €	
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0	431 €	
11 Outras informações		
Total de rendimentos do período	410 €	32.932,38
Volume de negócios do período	411 €	7.023,52
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	416 €	
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)	418	
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]	Sim?	423 <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?	Sim?	429 <input type="checkbox"/>
11-A Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto		
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:		
AID de perdas por imparidade em créditos	460 €	

AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461 € <input type="text"/>
Outros AID	462 € <input type="text"/>
Informação adicional:	
Capital próprio	463 € <input type="text"/>
Crédito Tributário	464 € <input type="text"/>
Data da entrada em liquidação	465 <input type="text"/>

12	Retenções na fonte
	N.º de identificação fiscal (NIF) Retenção na fonte

13	Tributações autónomas
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)	414 € <input type="text"/>
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415 € <input type="text"/>
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421 € <input type="text"/>
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422 € <input type="text"/>
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424 € <input type="text"/>
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	425 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437 € <input type="text"/>
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)	438 € <input type="text"/>
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439 € <input type="text"/>

13-A	Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)
-------------	---

Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)	440 €	
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441 €	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442 €	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	443 €	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	444 €	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	445 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454 €	

14	Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)							
1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita	
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período			
			Saldo não deduzido	Crédito de imposto do período	Dedução efetuada no período	Saldo que transita		
TOTAL do CIDTJI com CDT			€	€	€	€		
TOTAL do CIDTJI sem CDT			€	€	€	€		
TOTAL do CIDTJI			€	€	€	€		

Anexo D		
03 Rendimentos Isentos		
031	Isenção definitiva	Rendimentos Líquidos
	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)	301 €
	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)	302 €
	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)	303 €
	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)	313 €

	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	314 € <input type="text"/>
	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)	316 € <input type="text"/>
	Outras isenções definitivas	304 € <input type="text"/>
031-A	Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	
	Código do benefício Montante	
031-B	Campo 304 - Outras isenções definitivas	
	Código do benefício Montante	
032	Isenção temporária	Rendimentos Líquidos
	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)	305 € <input type="text"/>
	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)	306 € <input type="text"/>
	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)	307 € <input type="text"/>
	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)	308 € <input type="text"/>
	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)	309 € <input type="text"/>
	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)	310 € <input type="text"/>
	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]	311 € <input type="text"/>
	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	315 € <input type="text"/>
	Outras isenções temporárias	312 € <input type="text"/>
032-A	Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	
	Código do benefício Montante	
032-B	Campo 312 - Outras isenções temporárias	
	Código do benefício Montante	

04	Deduções ao rendimento (a deduzir no campo 774 no quadro 07 da declaração)	
	Normativo legal	
	Dedução efetuada	
	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)	401 € <input type="text"/>
	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]	402 € <input type="text"/>
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)	403 € <input type="text"/>
	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º1, al. c) e d) do EBF]	404 € <input type="text"/>
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)	405 € <input type="text"/>
	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF	406 € <input type="text" value="200,00"/>
	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)	407 € <input type="text"/>
	Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)	408 € <input type="text"/>

Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)	409	€	<input type="text"/>
Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)	412	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)	413	€	<input type="text"/>
Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)	414	€	<input type="text"/>
Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)	415	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)	416	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)	417	€	<input type="text"/>
Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)	418	€	<input type="text"/>
Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59.º-E do EBF)	419	€	<input type="text"/>
Outras deduções ao rendimento	410	€	<input type="text"/>
Total das deduções (401 + ... + 410 + 412 + ... + 419)	411	€	<input type="text" value="200,00"/>

04-A Campo 410 - Outras deduções ao rendimento

Código do benefício Montante

041 Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (art.º 75.º-A do CIRC)

Código do benefício NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora Montante

05 Soc. gestoras de participações sociais (SGPS), soc. de capital de risco (SCR) e investidores de capital de risco (ICR)

Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)	501	€	<input type="text"/>
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)	502	€	<input type="text"/>

06 Entidades Licenciadas na Zona Franca da Madeira

Data do licenciamento		601	<input type="text"/>
604 Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)			
		Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)	
605 Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)			
		Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)	
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade e mantidos no período		602	<input type="text"/>
Número de postos de trabalho:			
No início do período de tributação		606	<input type="text"/>
No final do período de tributação		607	<input type="text"/>
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade		603	€ <input type="text"/>

06.1 Apuramento do limite máximo aplicável aos benefícios fiscais relativos ao período (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)

Benefício correspondente à diferença:

Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)	608	€	<input type="text"/>
Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)	609	€	<input type="text"/>
Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)	610	€	<input type="text"/>
Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)	611	€	<input type="text"/>
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)	612	€	<input type="text"/>
Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)	613	€	<input type="text"/>
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)	614	€	<input type="text"/>
Valor acrescentado bruto no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]	615	€	<input type="text"/>
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]	616	€	<input type="text"/>
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]	617	€	<input type="text"/>
Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)	618	€	<input type="text"/>

07 Deduções à coleta (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)

071	Benefícios fiscais contratuais ao investimento (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)
------------	---

Diploma 701-Saldo não deduzido no período anterior 702-Dotação do período 703-Dedução do período 704-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)

	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>

072	Projetos de investimento à internacionalização (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)					
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
705 €	706 €		707 €		708 €	0,00

073	SIFIDE - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (Lei n.º 40/2005, de 3/8) e SIFIDE II (art.º 133.º da Lei 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)
------------	--

Diploma 709-Saldo não deduzido no período anterior 710-Dotação do período 711-Dedução do período 712-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)

	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>

074	Regime fiscal de apoio ao investimento (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26.º a 32.º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)
------------	---

Diploma 713-Saldo não deduzido no período anterior 714-Dotação do período 715-Dedução do período 716-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)

	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>

076	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (Lei n.º 49/2013, de 16/07)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
722 € <input type="text"/>	723 € <input type="text"/>	724 € <input type="text"/>	725 € <input type="text" value="0,00"/>	

079	IFPC - Incentivo fiscal à produção cinematográfica (Artigo 59.º-F do EBF e Portaria n.º 89.-A/2017, de 19 de abril)			
-----	---	--	--	--

790-Nº de identificação da obra	791-Data de início da obra	792-Data de conclusão da obra	793-Saldo não deduzido no período anterior	794-Valor do incentivo no período	795-Dedução do período	796-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	797-Valor a reembolsar	798-Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22)
			Saldo não deduzido no período anterior	Valor do incentivo no período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	Valor a reembolsar	Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22)
Total			€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>

075	Outras deduções à coleta			
Normativo legal			Dedução efetuada	
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22/1)			717	€ <input type="text"/>
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/1)			726	€ <input type="text"/>
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36º, n.º5 e 36.º-A, n.º6 do EBF)			718	€ <input type="text"/>
Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)			719	€ <input type="text"/>
Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.os 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			727	€ <input type="text"/>
Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)			728	€ <input type="text"/>
			720	€ <input type="text"/>
TOTAL DAS DEDUÇÕES (703 + 707 + 711 + 715 + 724 + 795 + 717 + 726 + 718 + 719 + 727 + 728 + 720)			721	€ <input type="text" value="0,00"/>

077	Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (Art.º 75.º-A do CIRC)			
-----	--	--	--	--

Código do benefício	NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período
078	Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para períodos de tributação de 2015 e 2016)			

746-Código do benefício	735-Região elegível (art.º 43.º do CFI)	736-Código CAE da atividade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)	737-Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)	Incentivos Fiscais		740-Não Fiscais	741-Total
				738-IRC	739-IMI, IMT e SELO		

Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro						
						1 <input type="checkbox"/> Sim
						2 <input type="checkbox"/> Não

078-A	Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo			
	Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para os períodos de tributação de 2017 e seguintes)			
078-A1				

Informação relativa a projetos de investimento de âmbito regional

N.º de linha	Projeto de investimento/Incentivo					Aplicações relevantes previstas				
	750-Tipo	751-N.º projeto/Código do incentivo	752-Data de início do investimento	753-Data de fim do investimento	754-Tipologia de investimento	755-Identificação oficial do incentivo financeiro	756-Região elegível	757-Código CAE	758-Montante total	759-Montante total atualizado

078-A2

Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores do período de tributação

760-N.º de linha em Q078-A1	Aplicações relevantes realizadas		Financeiro		IRC		IMI		IMT	SELO	771-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/utilizados
	761-Montante	762-Montante atualizado	763-Montante usufruído	764-Montante usufruído atualizado	765-Montante utilizado	766-Montante atualizado	767-Montante utilizado	768-Montante atualizado	769-Montante utilizado	770-Montante utilizado	

078-A3

Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores atualizados acumulados

772-N.º de linha em Q078-A1	Aplicações relevantes realizadas	Financeiro	IRC	IMI	IMT	SELO	779-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/atualizados	780-Intensidade de auxílio acumulada (em %)	781-Montante a inscrever no campo 372 do Q.10 da M.22
	773-Montante acumulado atualizado	774-Montante usufruído atualizado	775-Montante atualizado	776-Montante atualizado	777-Montante utilizado	778-Montante utilizado			

08 Donativos (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)

Tipo donativo	NIF da entidade donatária	Valor donativo
01	500967768	€ 500,00

09 Incentivos Fiscais sujeitos à regra de minimis

Total dos Incentivos de anos anteriores (de natureza fiscal e não fiscal)

N-2		901 €
N-1		902 €

Incentivos do ano

Incentivo de natureza não fiscal	903 €
----------------------------------	-------

Incentivos de natureza fiscal

Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC	904-A €
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)	904-B €
Redução de taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF)	904-C €
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º1, al. b) e n.º5 do CFI, revogado pelo Dec-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC	904-D €
Total dos incentivos do ano de natureza fiscal (904-A + 904-B + 904-C + 904-D)	904 €
Total dos incentivos do triénio (901 + 902 + 903 + 904)	905 €
IRC a regularizar (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)	906 €

Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de mínimos)

907 - NIF

10 Incentivos Fiscais à interioridade ligados ao investimento sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do Q.10 da declaração

Investimentos elegíveis	Tangível	Intangível	TOTAL
	1001 €	1002 €	1003 €
Auxílios ao investimento			
Redução dos encargos com a segurança social x (1 - taxa do IRC)			1004 €
Majoração das depreciações	1005 €	1006 %	1007 €
Majoração dos encargos com a segurança social	1008 €	1009 %	1010 €
Majoração do crédito fiscal ao investimento			1011 €
Outros			1012 €
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004 + 1007 + 1010+ 1011+ 1012)			1013 €
Taxa de auxílio			1014 %
Taxa máxima legal aplicável			1015 %
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)			1016 €

11 Deduções à Matéria Coletável (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)

111	Coletividades desportivas (art.º 54, n.º 2 do EBF)		
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
1111 €	1112 €	1113 €	1114 €

11-A Informação adicional relativa ao regime aplicável às entidades licenciadas na ZFM e aos auxílios de estado com finalidade regional

Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF

Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF

3 - NIF